

LIVRE COMÉRCIO E O MEIO AMBIENTE*

Darren Rosenblum

INTRODUÇÃO

Primeiramente eu gostaria de agradecer a Cláudia Lima Marques por organizar esta interessante e empolgante conferência. Devo fazer um prefácio dos meus comentários dizendo que a minha bolsa se foca mais em leis de comércio internacional do que direito ambiental. Contudo é claro para mim que estas duas áreas estão substancialmente relacionadas, como ficará claro através da minha fala de hoje.

Esta apresentação se focará na questão do “livre comércio” nos Estados Unidos e o impacto doméstico no meio ambiente. Então, irei falar dos aspectos gerais do crescente sistema de comércio global. Finalmente irei fazer paralelos entre a economia Brasileira, meio ambiente e a economia internacional.

LIVRE COMÉRCIO

Primeiro, para deixar claro, não existe livre comércio. O termo livre comércio é inapropriado – nenhum país, nem os com a mais liberal economia, tem livre comércio completo. Conseqüentemente há apenas comércio mais livre.

Falarei sobre a ALCA – Área de livre comércio das Américas – um conceito de um tratado de união econômica para o hemisfério Ocidental que foi inicialmente discutido no encontro das Américas em dezembro de 1994 quando líderes de 34 países na região

* Palestra proferida em 3 de junho, 2005. Porto Alegre/RS.

concordaram em construir a ALCA.¹ As negociações do acordo estão marcadas para serem completadas em 2005.² Quando completas, o objetivo da ALCA é a progressiva eliminação das barreiras tarifárias e investimentos.³ Esses objetivos estão divididos em objetivos setoriais específicos que incluem o seguinte:

1. Acesso de Mercado. Eliminação progressiva das restrições de negócios incluindo barreiras tarifárias e não tarifárias.
2. Agricultura. Específico para produtos agrícolas. Previne o protecionismo de práticas de negócios garantindo a proteção humana, animal ou de vida vegetal (padrões OMC a serem aplicados). Eliminar os subsídios de exportação e outras práticas abusivas.
3. Procedimentos alfandegários. Simplificar os procedimentos alfandegários. Desenhar um efetivo sistema para combater as fraudes e outras atividades alfandegárias ilícitas.
4. Investimentos. Eliminar e prevenir barreiras técnicas desnecessárias. Desenvolver maneiras de expandir disciplinas da OMC quando necessárias.
5. Propriedade intelectual. Reduzir as distorções de negócios. Prover proteção adequada e efetiva.
6. Serviços. Liberação de serviços. Garantir a integração de economias menores na ALCA.
7. Acordo de disputas. Estabelecer mecanismos justos, transparentes e efetivos para acordar as disputas (falando em padrões da OMC necessariamente). Facilitar e promover o uso da arbitração e outros Mecanismos ADR.⁴

Em essência, o formato da ALCA deverá ser similar ao do NAFTA, o tratado entre o Canadá, EUA E México feito nos anos 90.⁵ Essa extensão ao sul do NAFTA deverá englobar 800 milhões de pessoas e contabilizar mais de 11 trilhões de dólares em PIB.⁶

¹ veja Carolita Oliveros, *Overview of Latin American and Asian Trade Laws*, SK068 ALI-ABA 359 (Mar. 17-19, 2005), 370. Este grupo de 34 países exclui Cuba e Guiana Francesa, o primeiro por uma insistência Americana e o Segundo por ser parte da França. veja *All in the Família*, THE ECONOMIST, Apr. 19, 2001, a [*All in the Família*].

² Veja Oliveros, *supra* nota 1.

³ *Id.*

⁴ Veja geralmente www.ftaa-alca.org.

⁵ Veja *All in the Família*, *supra*, nota 1.

⁶ Veja *id.* O PIB mencionado é um combinado do ano 2000.

Não se deve subestimar o substancial nível de oportunidades econômicas da expansão da ALCA. O aspecto primordial do acordo de livre comércio é utilizar as vantagens comparativas na abertura para as exportações e importações para benefício de seu país. Sob esta teoria, cada país produzirá o que produz bem (o que produz eficientemente) e o excesso do mercado doméstico deve ser exportado.⁷ Em teoria, todos os países se beneficiariam utilizando as vantagens comparativas; países que não podem produzir mercadorias (ou produzem menos eficientemente) estarão aptos a comprar mercadorias daqueles que produzem e então, iniciar uma produção. Sem o comércio o consumo de cada país fica limitado ao que produz para si mesmo. Comércio, em particular o livre comércio utilizando vantagens comparativas, potencializa ambos produção e consumo.⁸

Desta perspectiva, a possibilidade de se abrir um mercado livre é bastante atrativa. Os norte-americanos ganhariam acesso aos mercados emergentes da América Latina.⁹ Esses países, em contrapartida, ganhariam acesso aos mercados norte-americanos e teriam a possibilidade de expandir o já grande nível de exportação.¹⁰ No passado esse fato é comprovadamente lucrativo tanto para a indústria exportadora como a importadora. Por exemplo, “em 1994, o primeiro ano do NAFTA, as exportações para o México de produtos americanos aumentaram em 22% perante o ano anterior e as importações cresceram 26% no mesmo período”.¹¹

B. RESISTÊNCIA À ALCA

1. Oposição Brasileira

Embora a perspectiva de benefícios pareça alta, não faltam críticas. O Brasil, em particular, tem sido a voz crítica da ALCA.¹² Não querendo perder o domínio sob a América Latina, o Brasil parece hesitante em aderir (ou pelo menos hesitante em ter uma ALCA

⁷ Veja Caitlin Fiter, *Free Trade Area of the Americas and the Right to Food in International Law*, 1 U. ST. THOMAS L.J. 1054, 1055 (2004)

⁸ Veja *id.*

⁹ Veja Charles Tiefer, “Alongside” the Fast Track: *Environmental and Labor Issues in the FTAA*, 7 Minn. J. Global Trade 329, 349 (1998).

¹⁰ *Veja id.*

¹¹ Veja Oliveros, *supra* nota 1, a 379.

¹² *Veja generally All in the Familia, supra* nota 1; *Much Wind and Little Light*, THE ECONOMIST, Oct. 16, 2003 [*Much Wind*]; *The Geopolitics of Orange Juice*, THE ECONOMIST, Sept. 12, 2002 [*Orange Juice*]; Juaná Sigars-Malina and Lawrence S. Evans, *International Distribution Issues: Focus on Latin America*, SK068 ALL-ABA 333 (Mar. 17-19, 2005).

abrangente) porque não quer a competição das economias mais fortes do norte como México, EUA e Canadá.¹³ Isso é verdade, apesar do incremento da indústria têxtil brasileira que sem sombra de dúvidas ocorreria se os EUA banissem as cotas de importação.¹⁴

Muito da hostilidade do Brasil perante a ALCA provem do fato do medo de que a indústria nacional seria eliminada se forçada a competir com a norte-americana.¹⁵ Parte da indústria brasileira que vem sendo beneficiada com proteções tarifárias, como a indústria de celulose e química tem medo da livre comércio.¹⁶ Elas não se uniram ou sequer se reestruturaram para aumentar a competitividade.¹⁷ “Beneficiando do protecionismo elas têm tido um pouco de pressão a buscar uma produção, tecnologia e marketing mais global”.¹⁸

Uma insegurança a mais, baseada na noção de que os Estados Unidos planejam reduzir as exportações de bens manufaturados de alto valor, pode não ser totalmente injusta.¹⁹ Atualmente os EUA impõem uma série de sobretaxas, cotas e políticas de preços em itens processados e provenientes do Brasil.²⁰ A eliminação de várias delas parece difícil. A indústria do aço e agricultura, em particular, são comprovadamente opositoras ao livre comércio.²¹ A opinião pública também é um fator de contribuição de hesitação perante a ALCA com muitos culpando a perda de empregos em um livre comércio.

2. Oposição Norte-Americana

No Brasil, e assim como em vários países, presume-se que os EUA são os maiores beneficiados com a globalização. Se é verdade ou não é o escopo da minha argumentação. No entanto, é claro que dentro dos EUA as vozes por comércios mais livres se encontram crescentemente mais relutantes para apoiar envolvimento internacionais de qualquer tipo, incluindo aqueles relacionados ao comércio. Há dúvidas espalhadas por todos os lados sobre os benefícios do NAFTA. As regras da OMC colocaram uma substancial mudança nas tarifas permitidas contra a indústria têxtil da China. O já enorme déficit com a China cresce rapidamente. Em represália, a indústria dos EUA e os trabalhadores iniciam uma grande onda de sentimento protecionista.

¹³ Veja Sigars-Malina, *supra* nota 12, a 342.

¹⁴ Veja *All in the Family*, *supra* nota 1. A indústria têxtil, diferente de outras, é a favor da ALCA e também da antecipação da data de início. *Id.*

¹⁵ Veja *id.*

¹⁶ *Id.*

¹⁷ Veja *id.*

¹⁸ *Id.*

¹⁹ Veja *id.*

²⁰ Veja *id.*

²¹ Veja *id.* A indústria agrícola e subsidiada e a do aço é particularmente forte e recentemente obteve uma imposição por medidas anti-dumping.

Este sentimento ameaçou arruinar qualquer possibilidade de passagem para CAFTA, acordo de comércio da América Central, um estranho desenvolvimento devido ao fato da América Central não possui nenhuma ameaça à economia americana. Este sentimento também aumenta a ênfase nos tratados bilaterais (BITs) no governo Bush, tratados entre dois países para expandir o comércio. Nesses BITs, os EUA podem exercer uma maior persuasão para obter provisões mais favoráveis do parceiro comercial.

Em contraste, tratados como o CAFTA e a ALCA levantam mais oposição protecionista. Como consequência, no clima atual a passagem para a ALCA parece ser menos provável que a CAFTA.

PROEMINÊNCIAS DA OMC NAS QUESTÕES DE COMÉRCIO E DE MEIO-AMBIENTE

Como consequência do fraco suporte a ALCA nos dois maiores países do hemisfério, ambientalistas preocupados com comércio no Brasil e em outros países das Américas não deveriam focar as suas preocupações na ALCA. O foco deve continuar na OMC.

Crescentemente, entendidos do comércio mundial argumentam que o sucesso da OMC como organização provem um ímpeto substancial a olhar a ALCA como primeiro, Brasil, assim como as economias mais importantes do mundo, já são membros da Organização Mundial do Comércio OMC, sucessor do GATT.

1. RAZÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS PARA A NÃO ASSINATURA DOS EUA AO TRATADO DE KYOTO

Nos EUA, os esforços de meio-ambiente a administração Bush deixam a desejar. No entanto, um impacto importante das grandes negociações na economia Americana é a contundente redução na indústria doméstica. Desde 2000, os EUA perderam três milhões de postos de trabalho na indústria. Desemprego não cresceu substancialmente, devido a grande tendência a serviços da economia Americana. A indústria de serviços, num âmbito geral, causa menos danos que a indústria.

Com respeito às relações entre EUA e o resto do mundo, a Administração de Bush tomou a posição contra os compromissos multilaterais, mais notavelmente repudiando o tratado de Kyoto. Bush rejeitou Kyoto, dentre outras razões, porque penalizava as economias desenvolvidas. No entanto, o desenvolvimento econômico destes países levou a grande parte dos problemas ambientais no mundo atual. Muitos alegam que a negociação de tratados internacional esticaria esse processo e que reduziriam as provisões. Então os EUA sabotaram o tratado dos mais fracos se recusando a assiná-lo.

A administração de Bush foca suas razões pela rejeição ao Tratado de Kyoto devido a razões econômicas e comerciais. Elas são as seguintes:

- 1) Disparidades de crescimento econômico entre os signatários.
- 2) Preferências por mercados baseado na política de poluição.
- 3) Custo para a economia dos EUA menos dependente de petróleo que costumava ser, mas ainda pouco comparável à européia.
- 4) Custo para a economia dos EUA – beneficiando os Europeus a colocar os EUA em desvantagem competitiva.
- 5) Questiona-se os signatários realmente vão seguir as reduções de poluentes que acordaram.
- 6) Países em desenvolvimento são parte da negociação, mas não submetidos a ela na primeira etapa do tratado. “Representação sem taxaço” disse um representante do time de Clínton. A China, em cerca de 20 anos, vai ultrapassar o PIB americano e isso tem efeito no meio-ambiente – 30% de crescimento de emissão de gases poluentes provem da China; Rússia reduziu em 5% desde 1990 pelo fato do enfraquecimento econômico.

2. MOTIVAÇÕES AMBIENTALISTAS ADVINDAS DA ECONOMIA NOS EUA

Contudo, apesar da administração Bush relutar em assinar o protocolo de Kyoto, as corporações multinacionais que dirigem a economia Americana já iniciaram a mudar em favor de uma maior harmonização ambiental. Claro que nos EUA muitos interessados em negócios enfatizam as vantagens em se adotar o regime de Kyoto. As corporações multinacionais preferem regras claras a serem seguidas em todos os contextos de negócios que eles operam. A adoção do protocolo de Kyoto por todas as outras grandes economias sinaliza um imperativo para as multinacionais em adotar e trabalhar com maior consciência ambiental. Por exemplo, apenas duas semanas atrás General Electric a maior corporação multinacional Americana anunciou um extenso programa pra se tornar “verde”. Claro que o fato das divisas da GE são advindas dos serviços e não da indústria faz a transição ser mais fácil. Essa estratégia da GE chama a atenção para o que é a Segunda razão que as empresas americanas estão se voltando para o ambientalismo – relações publicas. Medo de boicote ou imagem negativa impulsionam este esforço. Se adotarem ou não políticas ambientais reais, o que elas não querem ser vistas e como anti-ambientais.

Terceiro, e talvez o mais importante, as multinacionais vêem as preocupações ambientais como potencial fonte de lucros. Com o avanço da consciência ambiental, as corporações estão formatando um Mercado no que tange o direito de poluir. Nesta situação uma empresa pode comprar o direito de poluir de uma outra que polui em níveis mais baixos do que o permitido. Como consequência, vantagens econômicas e lucros reais, podem ser geradas por um gerenciamento mais efetivo das políticas de poluição.

As multinacionais têm um papel muito importante na sociedade e nas ações governamentais. Essas empresas, em troca, formataram a responsabilidade social diante da ameaça constante de mudança climática nos últimos 20 anos. Como as opiniões sobre a importância do meio ambiente mudaram, as políticas de mudança climáticas continuarão a crescer e fortalecer se as empresas continuarem a vislumbrar oportunidades de negócios.²² “Mudanças não precisam ser absolutas. Mudanças relativas, balanceadas e compromissadas oferecem bons prêmios, tanto econômicos como ambiental”.²³

É necessária uma ação conjunta entre governo e empresas. O Governo pode ser agente na reforma de mercados – fornecendo incentivos para inovação rápida. Empresas podem contribuir com uma “combinação de empreendimentos de risco instintivos, cuidadosos e uma maneira racional de gerenciar os seus próprios recursos”.²⁴

Até o presente, nenhum lado do Atlântico viu nenhum sinal de mudança na comunidade empresarial em direção a energias alternativas e sistemas de energias. Isso é verdade apesar da gradual mudança na percepção da sociedade. O que antes era considerado uma empreitada gloriosa e aventureira, em uma geração atrás, foi classificada como má. Hoje, jovens ambiciosos e educados estão se sentindo culpados por estarem associados a indústrias importantes como a do petróleo.²⁵ Muitos produtos do dia a dia estão sendo classificados como “ruins”. Esses produtos incluem carros, ar-condicionado, aquecimento central, energias abundantes, plásticos, lubrificantes e uma outra vasta gama de produtos refinados.

Até mesmo antes da adoção do protocolo de Kyoto, ações domésticas eram inspiradoras por aqueles que esperavam por uma ratificação. Corporações já estavam considerando uma maneira de que as regras contábeis iriam afetar sob o esquema de emissão. Modelos foram criados para ver se as mudanças de carvão para gás ou energias renováveis seriam eficientes em termos de custos e incentivos.²⁶

Essa visão negativa do negócio é, talvez, incorreta. “A real história de empresas e mudanças climáticas devem ser uma de otimismo e oportunidades – um real desejo de encontrar uma melhor maneira de satisfazer tanto uma sociedade industrial pós-moderna profundamente cética as reais necessidades das economias emergentes”.²⁷

²² *Véja id.*

²³ *Id. a 26.*

²⁴ *Id a 26.*

²⁵ Isso é especialmente verdade na Europa e menos nos EUA, onde há um lobby em ação contrária. Apesar disso ha um movimento nos EUA para se tornar menos dependente do petróleo estrangeiro.

Véja id.

²⁶ *Véja id. a 27.*

²⁷ *Id. a 29.*

BRASIL, NEGÓCIOS E O MEIO AMBIENTE

Nações “em desenvolvimento” estão lutando para se tornarem nações “desenvolvidas”. O Brasil não é exceção. A vontade de muitos destes países resultou em implementações de mudanças rápidas sem levar em conta as conseqüências. É um fenômeno mundial; mas é na América Latina que o grande “alavancada para a privatização e abertura de mercados” aconteceu.²⁸

Um impacto primordial no amento comercial em livre comércio é a crescente especialização das economias mundiais. Com a abertura dos mercados, as nações precisam focar na maximização das vantagens comparativas para aumentar o crescimento. No Brasil um produto chama atenção devido às mudanças recentes do Mercado mundial; a soja.

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo.²⁹ Brasil obteve sucesso rápido e efetivo no domínio mercadológico deste produto através de uma produção consistente e a baixos custos, eliminando os potenciais concorrentes. Projeta-se que o Brasil será o maior produtor de soja em cinco anos.³⁰

A soja levanta duas questões no meio ambiente no Brasil. Primeiro a questão da planta geneticamente modificada (transgênicos). Segundo, a questão do desmatamento da Amazônia para maiores plantações de soja.

TRANSGÊNICOS

Primeiro focarei nos transgênicos. Essas modificações que habilitam a produções de plantações mais resistente a pesticidas, alimento com uma maior vida nas prateleiras e enriquecido em nutrientes.³¹ Depois de receber a aprovação do FDA (food and drug administration) em 1994, uma substancial parte da safra americana foi geneticamente modificada.³²

²⁸ Adriana Lieders, *A New Chapter in Brazil's Oil Industry: Opening the Market While Protecting the Environment*, 13 GEO. INT'L ENVTL. L. REV. 781 (2001).

²⁹ *Veja An Amber Light for Agri-business*, THE ECONOMIST, Oct. 2, 2003 [Agri-business]. A soja brasileira é a Segunda para os EA e exporta apenas 5% para este país. *Id.* In 2004, rendimento da soja passa de 10 bilhões de dólares (maior que o café e o açúcar juntos) *See The Economy Booms the Trees Vanish*, THE ECONOMIST, May 19, 2005 [Economy Booms]. Junto com outros produtos como café açúcar, suco de laranja carne e tabaco as exportações ago somaram 37% do total das exportações brasileiras em 1999. *Veja Harvesting Farming Potential*, THE ECONOMIST, Sept. 7, 2000, disponível a <http://www.economist.com>.

³⁰ *Veja Agri-business*, *supra* nota 80.

³¹ John Stephen Fredland, *Unlabel their Frankensteins Foods!: Evaluating a U.S. Challenge to the European Commission's Labeling Requirements for Food Products Containing Genetically Modified Organisms*, 33 VAND. J. TRANSNAT'L L. 183, 184 (2000).

³² *Veja id.* a 185. Muitas das canadenses também são.

No entanto, países Europeus rejeitaram os transgênicos, temendo problemas na saúde e no meio ambiente.³³ Os críticos ao transgênicos ainda não têm certeza dos riscos adversos que resultam do consumo de alimentos geneticamente modificados.³⁴

No entanto, com relação ao meio ambiente, o potencial ataque a ele é bastante claro. Por exemplo, em 1998, o ministério de agricultura britânico foi obrigado a destruir uma plantação inteira de Canola resistente a pestes depois desta polinizar plantações próximas.³⁵ Essa polinização se continuasse se modificariam em supersementes resistentes a qualquer química normal. Além disso, elas teriam sido capazes de tornar o solo infértil, para qualquer espécie de plantas.³⁶

A Comissão Européia (EC) aprovou uma legislação que requer identificação de todos os produtos que contêm materiais geneticamente modificados.³⁷ Essas regulações podem afetar mais o Brasil que os EUA, quando falamos da soja transgênica. Os países que desejam exportar para os EUA e Europa estão numa situação delicada: produzir transgênicos e restringir as suas exportações a apenas um mercado, ou não produzir os transgênicos e tentar exportar para os dois.³⁸ O governo brasileiro parece estar inclinado a autorizar os transgênicos. Nos dois últimos anos, o governo brasileiro baixou um decreto autorizando a plantação de transgênicos por um ano.³⁹ No entanto os efeitos deste decreto não são claros, muitos fazendeiros vêem plantando transgênicos, importando ilegalmente as sementes da Argentina.⁴⁰ Isso é verdade apesar do fato do maior mercado para a soja Brasileira ser a Europa.⁴¹

³³ *Veja id.*

³⁴ *Veja id.* a 189.

³⁵ *Veja id.* a 187.

³⁶ *Veja id.* a 187-188.

³⁷ *Veja id.* a 187.

³⁸ Há regulamentações que os produtos devem ficar separados dos não transgênicos e com identificação, e isso é um custo adicional. *Veja, e.g., Soja on Rice to go, THE ECONOMIST, Nov. 18, 2004 [hereinafter Soja].*

³⁹ *Veja id.* Anteriormente aos decretos presidenciais o Greenpeace levou a questão 'a justiça e recebeu uma laminar que os produtos só poderam ser plantados após todos os testes sejam feitos. *Veja Brazil's Gene Genie, THE ECONOMIST, Jul. 29, 1999.*

⁴⁰ *Veja id.* *A soja que atravessa a fronteira da Argentina oferece duplo benefício, necessita menos adubo e não se paga royalties ao detentor da patente (Monsanto).* Ainda não é claro se a OMC vai autorizar essa produção ou induzir os fazendeiros a mudar. *Id.*

⁴¹ O maior Mercado da soja é a Europa. *See Brazil's Gene Genie, supra nota 31.*

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

Um outro aspecto a se acrescentar à produção brasileira de soja é o desmatamento da floresta amazônica, a maior do mundo basicamente do tamanho da Europa ocidental. UM estudo do governo publicado em 18 de maio de 2005 retrata esta perturbadora tendência. O nível de destruição da Amazônia esta acelerando apesar de se tentar escamotear essas práticas.⁴² Apesar do Brasil ter leis que protegem essa região, com penas rígidas por violação, mais de 10.000 milhas quadradas (26.000 km quadrados) de floresta foram destruídos desde agosto de 2004.⁴³ É um aumento de 6% comparado ao ano de 2003 e representa uma área maior que o estado de Nova Jersey.⁴⁴ Até o presente um quinto da floresta amazônica brasileira foi destruída e o total desmatamento ocorrerá em dois séculos se o desmatamento continuar nos mesmos níveis.

A maioria deste desmatamento ilegal é proveniente do boom econômico. Muitas das toras de madeiras são vendidas para satisfazer o mercado interno, particularmente para a construção nos estados mais ricos do sul; e então a área desmatada é utilizada para pastagem de animais e plantação de soja.⁴⁵ O atrativo que é esta terra fértil está provocando o desmatamento. Por exemplo, grandes tratos de terra do estado do Mato Grosso foram usados para as plantações de soja. Controlar isso no Mato Grosso pode ser muito difícil, pois a família do governador Blario Maggi, é a maior produtora individual de soja do mundo.⁴⁶

NOTAS FINAIS

O Brasil, como outros países encarando mudanças substanciais nos negócios mundiais, verá mudanças substanciais na sua economia. Ambientalistas devem reconhecer o papel que essas mudanças irá ter, determinando o estado ambiental. Apesar de que com a globalização pode vir a diminuir a pressão no ecossistema dos países desenvolvidos, pois a manufatura se volta para a China e outros países de baixo custo de produção, é provável causar um aumento substancial nas ameaças ao meio ambiente nas nações em desenvolvimento que tem um papel importante na economia mundial, tanto na agricultura como na indústria.

⁴² *Veja Economy Booms, supra nota 80.*

⁴³ *Veja id.* A maioria do desmatamento ocorreu no Mato Grosso. *Id.*

⁴⁴ *Veja id.* O aumento de 6% são estimativas em contraste com a projeção de 2004. *Id.*

⁴⁵ *Veja id.*

⁴⁶ *Veja id.*